
CÂMARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PARECER COMPLEMENTAR AO PROJETO DE LEI Nº 19/2025

1. RECOMENDAÇÃO DO MPC – MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

O projeto de lei 19/2025 referente a LOA fora apreciado e o parecer emitido em 27/11/2025.

Recebida a Recomendação Administrativa – 002/2025 GPGMPC – referente a análise da LOA quanto aos precatórios a serem pagos pelo Município o projeto de lei retornou para sua análise específica quanto aos PRECATÓRIOS E RPVS.

Sobre tal ponto passam a emitir o presente PARECER COMPLEMENTAR.

A Recomendação traz especificamente quanto a esta Comissão:

“...III) Ao Presidente e membros da Comissão de Orçamento e Finanças (ou congênere):

1) Fazer em seus pareceres, em item específico, a análise pormenorizada dos valores totais dos precatórios de regime geral para com os valores constantes da Proposta de Lei Orçamentária, destacando a sua suficiência ou insuficiência quanto o seu integral cumprimento;

2) Aferir em seus pareceres se houve a adequada previsão orçamentária para fazer frente às obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor – RPV;

3) Disponibilizar o parecer sobre a Proposta de Lei Orçamentária no portal da Câmara Municipal, na internet, em até 05 (cinco) dias após a

aprovação do mesmo pela Comissão, cujo formato do arquivo permita pesquisa textual.

Inicialmente observa-se a Certidão Conjunta que instrui o Projeto de Lei, assinada pelos senhores Fabrizzio Matte Dossena, Procurador-Geral do Município, e Edna Nogueira, Controladora Interna do Poder Executivo a qual certifica:

- Que o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) revela-se adequado e suficiente para suportar as despesas previstas com precatórios e RPV no exercício financeiro de 2026
- Que apresenta planilha com a relação detalhada dos precatórios para o exercício de 2026, indicando a compatibilidade dos valores previstos na LOA.
- Que inexistente conhecimento de causas suspensivas ou interruptivas que comprometam a regular execução dos pagamentos previstos;

A planilha anexada pelo Poder Executivo apresenta em relação ao TJ/PR:

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	
1	Orde Priorida	Apresenta	Assinatura	Orçamento	Ofício	Precat	Natureza	Tribun	Nome do Beneficiário	Autos do precatório	Valor Deferido	Situação
2	1	Idade	07/06/2024 13:53	2026	2024/906277	Alimentar TJPR				0009497-32.2024.8.16.7000	58.058,48	Requisitado
3	2	Normal	22/05/2023 16:17	2025	2023/902669	Alimentar TJPR				0004139-23.2023.8.16.7000	15.277,50	Requisitado
4	3	Normal	26/03/2024 16:57	2025	2024/904081	Comum TJPR				0005236-24.2024.8.16.7000	40.066,16	Requisitado
5	4	Normal	03/05/2024 17:32	2026	2024/905077	Alimentar TJPR				0008000-80.2024.8.16.7000	34.504,21	Requisitado
6	5	Normal	03/05/2024 17:32	2026	2024/905078	Alimentar TJPR				0008001-65.2024.8.16.7000	348.020,84	Requisitado
7	6	Normal	07/06/2024 13:53	2026	2024/906277	Alimentar TJPR				0009497-32.2024.8.16.7000	32,78	Requisitado
8	7	Normal	14/10/2024 17:34	2026	2024/912421	Alimentar TJPR				0016236-21.2024.8.16.7000	28.459,19	Requisitado
9	8	Normal	14/10/2024 17:34	2026	2024/912422	Alimentar TJPR				0016237-06.2024.8.16.7000	284.591,97	Requisitado
10	9	Normal	08/11/2024 17:19	2026	2024/913072	Alimentar TJPR				0017544-92.2024.8.16.7000	28.632,17	Requisitado
11	10	Normal	08/11/2024 17:19	2026	2024/913366	Alimentar TJPR				0017546-62.2024.8.16.7000	26.547,25	Requisitado
12	11	Normal	25/03/2025 14:05	2026	2025/917278	Alimentar TJPR				0005076-62.2025.8.16.7000	10.071,00	Requisitado
13	12	Normal	14/08/2024 12:57	2026	2024/909466	Comum TJPR				0013127-96.2024.8.16.7000	23.744,61	Requisitado

Em relação ao TRF4 apresentou:

Precatórios em Ordem Cronológica de Pagamento - TRF-4					
Ord.	Precatório Nº	Originário Nº	Juízo Deprecante	Ano Proposta	Saldo (R\$)
1	5000007-15.2025.4.04.9333	50020645720124047006	Juízo Federal da 1ª VF de Guarapuava	2026	R\$ 55.206,34
2	5000008-97.2025.4.04.9333	50020645720124047006	Juízo Federal da 1ª VF de Guarapuava	2026	R\$ 55.206,33
3	5000009-82.2025.4.04.9333	50020645720124047006	Juízo Federal da 1ª VF de Guarapuava	2026	R\$ 9.160,60
				Total	R\$ 119.573,27

Quanto aos primeiros, com apoio da Procuradoria Jurídica acessado o Portal do TJ/PR obteve-se a lista de precatórios devidos, e a mesma fora conferida (documentos anexos aos autos), sendo adequadamente comparada, indicando a regularidade daquela recebida do Poder Executivo.

Quanto ao precatório junto ao TRF4 não fora possível tomar conhecimento maiores, na medida em que são processos que tramitam em Segredo de Justiça. Mas fora expedida Certidão no site competente, anexa segue, confirmando a listagem recebida.

As planilhas enviadas, e as informações prestadas pelo Procurador Geral e pela Controladora Interna permitem dar adequada análise à LOA frente a Recomendação Administrativa.

1) Fazer em seus pareceres, em item específico, a análise pormenorizada dos valores totais dos **precatórios de regime geral** para com os valores constantes da Proposta de Lei Orçamentária, destacando a sua suficiência ou insuficiência quanto o seu integral cumprimento;

Nesse sentido, é preciso destacar o orçamento destinado para o cumprimento das obrigações relativas aos precatórios apresentados contra o Município de Inácio Martins, devidos para o ano de 2026, conforme relatório retirado do site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e encaminhado pelo Poder Executivo.

O valor devido soma pela listagem apresentada **R\$ 898.006,16 (oitocentos e noventa e oito reais, seis reais e dezesseis centavos)** junto ao TJ/PR e **R\$ 119.573,27 (cento e dezenove mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos)** quanto ao TRF4, somando o total de **R\$ 1.017.579,43 (um milhão dezessete mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos).**

O valor constante da LOA para 2026 no projeto/atividade 28.846.0402.2-013 – Precatórios e Sentenças Judiciais é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), indicando a suficiência quanto ao cumprimento integral das obrigações.

Assim, há compatibilidade e suficiência da precisão em LOA quanto ao pagamento dos Precatórios Municipais para seu integral cumprimento.

2) Aferir em seus pareceres se houve a adequada previsão orçamentária para fazer frente às obrigações decorrentes de Requisições de Pequeno Valor – RPV;

Quanto às Requisições de Pequeno Valor, dentro do orçamento supra citado, há um remanescente de R\$ 482.420,57 (quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos).

No que se refere às RPVs expedidas, inexistente junto ao TJ/PR ou TRF4 campo próprio em que a consulta possa ser realizada por agente externo. No que se refere especificamente às RPV's, os valores são estimados, na medida em que, as mesmas possuem período de pagamento fixado em 60 (sessenta) dias, de forma que, podem acabar por surgir ao longo do exercício.

A Certidão Conjunta emitida pelo Poder Executivo e que instrui os autos dá conta de que os valores são suficientes a abranger os pagamentos das RPVs expedidas.

Assim, há compatibilidade e suficiência da precisão em LOA quanto ao pagamento das RPVs Municipais para seu integral cumprimento.

3) *Precatórios devidos pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Inácio Martins*

Por fim, embora não haja determinação específica, analisou-se os Precatórios devidos pelo Instituto de Previdência Municipal, conforme dados junto ao TJ/PR:

1.	Normal	02/02/2024 16:24	2026 Alimentar TJPR	KOETS E MELLA AD ASSOC/FUNJUS;0001107-73.2024.8.16.7000	16.569,69 Requisitado
----	--------	------------------	---------------------	---	-----------------------

Trata-se, para o ano de 2026 de um único precatório, no valor de R\$ 16.569,69 (dezesseis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos) de caráter alimentar

O valor constante da LOA para 2026 no projeto/atividade 28.846.0901.2-015 – Precatórios e Sentenças Judiciais – Grande e Pequeno é de R\$ 54.500,00, indicando a suficiência quanto ao cumprimento integral das obrigações.

Quanto às Requisições de Pequeno Valor, dentro do orçamento supra citado, há um remanescente de R\$ 37.930,31 (trinta e sete mil, novecentos e trinta reais e trinta e um centavos), indicando a suficiência dos valores previstos para os pagamentos de pequeno valor.

Assim, há compatibilidade e suficiência da precisão em LOA quanto ao pagamento dos Precatórios do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Inácio Martins para seu integral cumprimento.

2. CUMPRIMENTO DA RECOMENDAÇÃO

Entendeu-se então, que além estar de acordo com a lei maior, O Projeto de Lei19/2025 encontra-se em total cumprimento ao que recomendou o MPC especialmente quanto aos Precatórios e RPVs.

O relatório detalhado dos valores de Precatórios junto ao TJ/PR foi anexado aos autos, não se podendo fazer o mesmo quanto aos expedidos junto ao TRF4 por limitação de acesso, tramitando os processos em Segredo de Justiça, tendo sido impressa a Certidão que dos autos consta, permitindo a comparação que a listagem enviada pelo Poder Executivo Municipal.

Pelo exposto, a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO é de parecer favorável à tramitação do presente projeto, opinando que seja levado para apreciação e votação pelo Plenário da Câmara Municipal.

Em cumprimento ao item 3 da Recomendação, determina seja o presente parecer disponibilizado no portal da Câmara Municipal, na internet, em formato de arquivo permita pesquisa textual, no prazo máximo de 05 dias, a partir de sua assinatura.

Inácio Martins, 08 de dezembro de 2025

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE



Marcos antonio mirek

Presidente



Camila Kellin Ferreira Vaz

Vice-presidente



Carlos Eduardo dos Santos

Secretário
